

SUMÁRIO

PARTE I – TEMAS DE AÇÃO PENAL

1

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL 35

1.1. CONCEITO.....	35
1.2. REQUISITOS.....	35
1.3. CONDIÇÕES	36
1.4. VEDAÇÕES À CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	36
1.5. COMO PODE CAIR	36

2

AÇÃO PENAL 39

2.1. CONCEITO.....	39
2.2. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA	39
2.3. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO.....	39
2.3.1. Noções introdutórias	39
2.3.2. Natureza jurídica da representação.....	40
2.3.3. Identificação	40
2.3.4. Lesão corporal leve e lesão corporal culposa	40
2.3.5. Titular do direito à representação	41
2.3.6. Prazo	41
2.3.7. Retratabilidade.....	41
2.3.8. Consequências da falta de representação e como pode cair	41
2.4. AÇÃO PENAL PRIVADA.....	42
2.4.1. Identificação	42
2.4.2. Titular	42
2.4.3. Prazo para oferecer a queixa-crime	43
2.4.4. Renúncia ao direito de queixa.....	43
2.4.5. Perdão do ofendido.....	43

PARTE II – PEÇAS PROCESSUAIS

PEÇAS IMPRESCINDÍVEIS

1

QUEIXA-CRIME 49

1.1. IDENTIFICAÇÃO.....	49
-------------------------	----

1.2. ENDEREÇAMENTO	49
1.3. BASE LEGAL.....	50
1.4. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS	50
1.5. LEGITIMIDADE.....	51
1.6. PRAZO	51
1.7. REQUISITOS DA QUEIXA	51
1.8. PEDIDOS	51
1.9. ROL DE TESTEMUNHAS	52
1.10. ESTRUTURA DA QUEIXA-CRIME.....	52
1.11. PEÇA RESOLVIDA	55

2

RESPOSTA À ACUSAÇÃO	57
----------------------------------	----

2.1. INTRODUÇÃO	57
2.2. DENÚNCIA OU QUEIXA E CAUSAS DE REJEIÇÃO	57
2.3. DA CITAÇÃO	58
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA.....	59
2.5. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA.....	60
2.6. BASE LEGAL.....	60
2.7. PRAZO	60
2.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	61
2.9. PEDIDO.....	64
2.10. PRODUÇÃO DE PROVAS E ROL DE TESTEMUNHAS.....	64
2.11. RECURSOS	64
2.12. ESTRUTURA DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO	65
2.13. PEÇA RESOLVIDA	65

3

MEMORIAIS	69
------------------------	----

3.1. DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.....	69
3.2. IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA.....	69
3.3. BASE LEGAL.....	71
3.4. PRAZO	71
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	71
3.6. PEDIDO.....	76
3.7. ESTRUTURA DOS MEMORIAIS.....	77
3.8. PEÇA RESOLVIDA	77

4

APELAÇÃO	81
-----------------------	----

4.1. CABIMENTO.....	81
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	81
4.3. BASE LEGAL	83
4.4. PRAZO	83
4.5. LEGITIMIDADE DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	84
4.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	84
4.7. PEDIDO.....	89
4.8. ESTRUTURA DO RECURSO DE APELAÇÃO	89
4.9. PEÇA RESOLVIDA	91

5**CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO 95**

5.1. INTRODUÇÃO	95
5.2. IDENTIFICAÇÃO.....	95
5.3. BASE LEGAL.....	96
5.4. PRAZO	96
5.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	96
5.6. PEDIDOS.....	97
5.7. ESTRUTURA DAS CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	97
5.8. PEÇA RESOLVIDA	97

6**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 101**

6.1. INTRODUÇÃO	101
6.2. HIPÓTESES DE CABIMENTO	101
6.3. PRAZO	105
6.4. LEGITIMIDADE.....	106
6.5. EFEITO REGRESSIVO OU JUÍZO DE RETRATAÇÃO	106
6.6. ESTRUTURAÇÃO.....	106
6.7. PEÇA RESOLVIDA	107

7**AGRAVO EM EXECUÇÃO 109****8****REVISÃO CRIMINAL 111****9****RELAXAMENTO DA PRISÃO 113****10****APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO 115**

10.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	115
10.2. BASE LEGAL	116
10.3. PRAZO	116
10.4. CONTEÚDO	116
10.5. ESTRUTURA	116
10.6. PEÇA RESOLVIDA	117

PEÇAS MUITO RELEVANTES**1****EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE 121**

1.1. INTRODUÇÃO	121
1.2. IDENTIFICAÇÃO.....	121

1.3. BASE LEGAL.....	121
1.4. LEGITIMIDADE PARA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	121
1.5. PRAZO	121
1.6. CABIMENTO DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	122
1.7. FORMA E COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO	122
1.8. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	122
1.9. ESTRUTURA.....	122
1.10. PEÇA RESOLVIDA	123

2

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	125
---	-----

2.1. INTRODUÇÃO	125
2.2. IDENTIFICAÇÃO.....	125
2.3. BASE LEGAL.....	125
2.4. CABIMENTO EM MATÉRIA PENAL	125
2.5. PRAZO E PROCESSAMENTO.....	126
2.6. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	126
2.7. PEDIDO	127
2.8. ESTRUTURA.....	127
2.9. PEÇA RESOLVIDA – AUTURAL	127

3

DEFESA PRELIMINAR NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	129
--	-----

3.1. INTRODUÇÃO	129
3.2. IDENTIFICAÇÃO.....	129
3.3. BASE LEGAL.....	129
3.4. PRAZO	129
3.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO.....	130
3.6. ESTRUTURA DA PEÇA.....	130
3.7. PEÇA RESOLVIDA	130

4

DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS (LEI Nº 11.343/2006)	133
---	-----

4.1. INTRODUÇÃO	133
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	134
4.3. BASE LEGAL.....	134
4.4. PRAZO	134
4.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	134
4.6. ESTRUTURAÇÃO DA PEÇA.....	134
4.7. PEÇA RESOLVIDA AUTURAL	135

5

CARTA TESTEMUNHÁVEL	137
----------------------------	-----

5.1. CONCEITO.....	137
5.2. BASE LEGAL.....	137
5.3. IDENTIFICAÇÃO.....	137
5.4. PRAZO	137
5.5. CABIMENTO/CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	137
5.6. ESTRUTURAÇÃO DA CARTA TESTEMUNHÁVEL	138
5.7. PEÇA RESOLVIDA ADAPTADA	139

PEÇAS RELEVANTES

1**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** 143

1.1. CABIMENTO.....	143
1.2. IDENTIFICAÇÃO.....	143
1.3. BASE LEGAL.....	143
1.4. PRAZO	143
1.5. DO DIREITO /TESES.....	143
1.6. EFEITO INTERRUPTIVO.....	143
1.7. ESTRUTURA DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	144

2**QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA** 145

2.1. CABIMENTO	145
2.2. IDENTIFICAÇÃO.....	145
2.3. BASE LEGAL.....	145
2.4. PRAZO	145
2.5. REQUISITOS DA QUEIXA-CRIME SUBSIDIÁRIA – ART. 41 DO CPP.....	146
2.6. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECIAIS	146
2.7. VALOR INDENIZATÓRIO MÍNIMO	146
2.8. ESTRUTURA	146
2.9. PEÇA RESOLVIDA AUTORAL	147

3**RAZÕES DE APELAÇÃO** 149

3.1. INTRODUÇÃO	149
3.2. IDENTIFICAÇÃO.....	149
3.3. BASE LEGAL.....	150
3.4. PRAZO	150
3.5. DO DIREITO/TESES.....	150
3.6. PEDIDO	150
3.7. ESTRUTURA	150
3.8. PEÇA RESOLVIDA	151

4**CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO** 155

4.1. INTRODUÇÃO	155
4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	155
4.3. BASE LEGAL	155
4.4. PRAZO	155
4.5. DO DIREITO/TESES.....	155
4.6. PEDIDO.....	155
4.7. ESTRUTURA	155
4.8. PEÇA RESOLVIDA	156

5**CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO** 159

5.1. INTRODUÇÃO	159
5.2. IDENTIFICAÇÃO	159
5.3. BASE LEGAL	159
5.4. PRAZO	159
5.5. DO DIREITO/TESES	159
5.6. PEDIDO	159
5.7. ESTRUTURA	159
5.8. PEÇA RESOLVIDA AUTURAL	160

6

RECURSO ESPECIAL	163
-------------------------------	-----

6.1. INTRODUÇÃO	163
6.2. IDENTIFICAÇÃO	163
6.3. BASE LEGAL	163
6.4. CABIMENTO/CONTEÚDO	163
6.5. PRAZO, INTERPOSIÇÃO E PROCESSAMENTO	164
6.6. PREQUESTIONAMENTO	164
6.7. DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA DAS QUESTÕES DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL	164
6.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL	165
6.9. PEÇA RESOLVIDA	165

7

RECURSO EXTRAORDINÁRIO	167
-------------------------------------	-----

7.1. INTRODUÇÃO	167
7.2. IDENTIFICAÇÃO	167
7.3. BASE LEGAL	167
7.4. PRAZO E INTERPOSIÇÃO	167
7.5. CABIMENTO/CONTEÚDO	167
7.6. PREQUESTIONAMENTO	168
7.7. REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS	168
7.8. ESTRUTURAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	168

PARTE III – TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL

1

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	173
---------------------------------------	-----

1.1. JURISDIÇÃO	173
1.2. COMPETÊNCIA	173
1.2.1. Espécies de competência	174
1.2.2. Critérios de fixação da competência	174
1.2.3. Determinação do foro competente	175
1.2.4. Competência em crime continuado e crime permanente	175
1.2.5. Competência pelo domicílio ou residência do réu	175
1.2.6. Competência pela natureza da infração	175
1.2.7. Competência por distribuição	176
1.2.8. Causas modificadoras da competência (conexão ou continência)	176
1.2.8.1. Competência por conexão	176
1.2.8.2. Competência por continência	177
1.2.8.3. Foro prevalente	177
1.2.9. Da competência por prevenção	179

1.2.10. Da competência por prerrogativa de função	179
1.2.10.1. Competência do Supremo Tribunal Federal: art. 102, inciso I, alíneas “b” e “c”, CF	179
1.2.10.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça: art. 105, inciso I, alínea “a”, CF	179
1.2.10.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais: art. 108, inciso I, alínea “a”, CF	179
1.2.10.4. Competência dos Tribunais de Justiça: art. 96, inciso III, CF	179
1.2.10.5. Competência para julgar prefeitos municipais: art. 29, inciso X, CF	180
1.2.11. Competência da Justiça Federal	180
1.2.12. Competência da justiça militar	183
1.2.13. Competência criminal da justiça eleitoral	183
1.2.14. Justiça política ou extraordinária	183
1.2.15. Restrição ao foro por prerrogativa de função	183
1.2.16. Marco para o fim do foro	184
1.2.17. Crime de moeda falsa	184
1.2.18. Justiça estadual	184

2

DA PROVA 187

2.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO	187
2.2. PRESUNÇÕES LEGAIS	187
2.3. PRINCÍPIOS IMPORTANTES	187
2.4. SISTEMAS DE APRECIÇÃO DAS PROVAS	188
2.4.1. Sistema do livre convencimento motivado	188
2.4.2. Sistema da íntima convicção	188
2.4.3. Sistema da prova tarifada, da verdade legal ou da certeza moral do legislador	188
2.5. ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO X ELEMENTOS DE PROVA (ANÁLISE DO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCES- SO PENAL)	188
2.6. ÔNUS DA PROVA	189
2.6.1. Introdução	189
2.6.2. Distribuição	189
2.7. PODERES INSTRUTÓRIOS DO MAGISTRADO - (ART. 156 DO CPP)	189
2.8. PROVAS ILEGAIS, VEDADAS OU PROIBIDAS	190
2.9. EXCEÇÕES OU LIMITAÇÕES À ADMISSIBILIDADE DA PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO	191
2.9.1. Utilização de prova ilícita em favor do réu e em favor da sociedade	191
2.10. PROVAS EM ESPÉCIE	191
2.10.1. Provas Ilícitas e a Inviolabilidade do sigilo das comunicações	191
2.10.1.1. Comunicações telefônicas	191
2.10.1.2. Interceptação de Dados: (e-mails, MSN, chat, sites etc.)	194
2.10.1.3. Interceptações Ambientais	194
2.10.2. Sigilo de correspondência - (Art. 5º, inciso XII, primeira parte, da CF/88)	195
2.10.3. Exame de Corpo de Delito - (Arts. 158 a 184, todos do CPP)	195
2.10.3.1. Aspectos Importantes	196
2.10.3.2. Outras Perícias	196
2.10.4. Cadeia de Custódia	196
2.10.5. Interrogatório - (arts. 185 a 196, todos do CPP)	198
2.10.6. Confissão	199
2.10.7. Perguntas ao Ofendido	200
2.10.8. Prova Testemunhal	200
2.10.9. Reconhecimento de Pessoas e Coisas – Arts. 226 a 228 do CPP	202
2.10.10. Busca e Apreensão – Arts. 240 a 250 CPP	202

3

EMENDATIO LIBELLI E MUTATIO LIBELLI 205

3.1. INTRODUÇÃO	205
3.2. <i>EMENDATIO LIBELLI</i>	205
3.2.1. Conceito	205
3.2.2. <i>Emendatio libelli</i> e suspensão condicional do processo – art. 383, § 1º, CPP	206
3.2.3. Desclassificação – art. 383, § 2º, CPP	206
3.3. <i>MUTATIO LIBELLI</i>	207
3.3.1. Procedimento da <i>mutatio libelli</i>	207
3.3.2. Exclusividade dos crimes de ação pública	207
3.3.3. Impossibilidade de aplicação da <i>mutatio libelli</i> em grau recursal	207

4

DAS NULIDADES	209
----------------------------	-----

4.1. SISTEMA DA TIPICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	209
4.2. CONCEITO DE NULIDADE	209
4.3. NULIDADE ABSOLUTA E RELATIVA	209
4.3.1. Nulidades absolutas	209
4.3.2. Nulidades relativas	209
4.4. VÍCIOS PROCESSUAIS – ART. 564 DO CPP	210
4.4.1. Jurisdição e Competência – Art. 564, inciso I, do CPP	210
4.4.2. Ilegitimidade da Parte – Art. 564, inciso II, do CPP	210
4.4.3. Falta de Atos Essenciais (Falta de Fórmulas ou Termos) – Art. 564, inciso III, do CPP	210
4.5. REGULARIZAÇÃO DA FALTA OU NULIDADE DA CITAÇÃO, INTIMAÇÃO OU NOTIFICAÇÃO – ART. 570 DO CPP	212

5

REFORMATIO IN PEJUS	213
----------------------------------	-----

5.1. INTRODUÇÃO	213
5.2. RECURSO DA ACUSAÇÃO	213
5.3. RECURSO DA DEFESA	213
5.4. <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> DIRETA	214
5.5. <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> INDIRETA	214

PARTE IV – TEMAS DE DIREITO MATERIAL

CONTEÚDOS IMPRESCINDÍVEIS

1

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	219
---	-----

1.1. INTRODUÇÃO	219
1.2. REQUISITOS	219
1.2.1. Requisitos objetivos	220
1.2.2. Requisitos subjetivos	220
1.3. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM ESPÉCIE	221
1.4. COMO PODE CAIR	224

2

DO CRIME DOLOSO E CULPOSO	225
--	-----

2.1. DO CRIME DOLOSO	225
2.1.1. Dolo direto.....	225
2.1.2. Dolo eventual.....	225
2.2. DO CRIME CULPOSO	226
2.2.1. Introdução.....	226
2.2.2. Modalidades de culpa.....	226
2.2.3. Culpa consciente.....	227
2.3. COMO PODE CAIR	227

3

ITER CRIMINIS	229
----------------------------	-----

3.1. CONCEITO	229
3.2. COGITAÇÃO.....	229
3.3. ATOS PREPARATÓRIOS	230
3.4. EXECUÇÃO	230
3.5. CONSUMAÇÃO	230
3.6. COMO PODE CAIR	231

4

TENTATIVA	233
------------------------	-----

4.1. INTRODUÇÃO	233
4.2. ELEMENTOS DA TENTATIVA.....	233
4.3. PUNIBILIDADE E CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA	234
4.4. COMO PODE CAIR	234

5

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	235
---	-----

5.1. INTRODUÇÃO	235
5.2. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA	235
5.3. ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	236
5.4. REQUISITOS.....	236
5.5. CONSEQUÊNCIA.....	237
5.6. COMO PODE CAIR	238

6

ARREPENDIMENTO POSTERIOR	239
---------------------------------------	-----

6.1. INTRODUÇÃO	239
6.2. REQUISITOS.....	239
6.3. CRITÉRIO PARA REDUÇÃO DA PENA.....	240
6.4. COMO PODE CAIR	240
6.5. REPARAÇÃO DO DANO OU RESTITUIÇÃO DA COISA EM SITUAÇÕES ESPECÍFICAS.....	240

7

CRIME IMPOSSÍVEL	241
-------------------------------	-----

7.1. INTRODUÇÃO	241
7.2. CRIME IMPOSSÍVEL POR INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO	241
7.3. CRIME IMPOSSÍVEL POR IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DO OBJETO	241
7.4. COMO PODE CAIR	242

8

ERRO DE TIPO	243
8.1. ERRO DE TIPO ESSENCIAL.....	243
8.1.1. Introdução.....	243
8.1.2. Erro de tipo invencível, inevitável ou escusável.....	244
8.1.3. Erro de tipo vencível, evitável ou inescusável.....	244
8.1.4. Como pode cair.....	245
8.2. ERRO DE TIPO ACIDENTAL.....	246
8.2.1. Erro sobre objeto.....	246
8.2.2. Erro sobre pessoa.....	246
8.2.2.1. Consequência.....	247
8.2.2.2. Como pode cair.....	247
8.2.3. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	248
8.2.3.1. Introdução.....	248
8.2.3.2. <i>Aberratio ictus</i> com unidade simples.....	248
8.2.3.3. <i>Aberratio ictus</i> com resultado duplo.....	249
8.2.3.4. Como pode cair.....	249
8.2.4. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i>).....	249
8.2.4.1. Conceito.....	249
8.2.4.2. Espécies.....	250
8.2.4.3. Como pode cair.....	250

9

AS CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	251
9.1. INTRODUÇÃO.....	251
9.2. ESTADO DE NECESSIDADE.....	251
9.2.1. Conceito.....	251
9.2.2. Requisitos.....	252
9.2.3. Causa de diminuição da pena.....	253
9.2.4. Excesso.....	254
9.3. LEGÍTIMA DEFESA.....	254
9.3.1. Conceito.....	254
9.3.2. Requisitos.....	254
9.3.3. Excesso.....	256
9.4. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	256
9.4.1. Conceito.....	256
9.4.2. Destinatário da excludente.....	257
9.4.3. Dever legal.....	257
9.5. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO.....	257
9.5.1. Conceito.....	257
9.5.2. Alcance.....	257
9.5.3. Algumas hipóteses de exercício regular de um direito.....	257
9.6. COMO PODE CAIR.....	258

10

DAS CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	259
10.1. INTRODUÇÃO.....	259
10.2. INIMPUTABILIDADE.....	260

10.2.1. Introdução.....	260
10.2.2. Da imputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	260
10.2.2.1. Consequências do reconhecimento da imputabilidade	261
10.2.3. Da imputabilidade por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior	261
10.3. MENORIDADE PENAL	262
10.4. FALTA DE POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE – ERRO DE PROIBIÇÃO.....	262
10.4.1. Introdução.....	262
10.4.2. Erro de proibição	263
10.4.3. Efeitos: erro de proibição inevitável e evitável	263
10.4.4. Diferença entre erro de tipo e erro de proibição	265
10.5. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	265
10.5.1. Introdução.....	265
10.5.2. Coação moral irresistível.....	265
10.5.3. Obediência hierárquica.....	266
10.6. COMO PODE CAIR.....	267

11

TEORIA DA PENA	269
11.1. INTRODUÇÃO	269
11.2. DA FIXAÇÃO DA PENA	269
11.2.1. Primeira fase – Fixação da pena-base e circunstâncias judiciais	270
11.2.2. Segunda fase da fixação da pena	271
11.2.2.1. Circunstâncias agravantes.....	271
11.2.2.1.1. Da reincidência.....	272
11.2.2.2. Circunstâncias atenuantes	274
11.2.3. Concurso de Circunstâncias Agravantes e Atenuantes Genéricas	277
11.2.3.1. Introdução	277
11.2.3.2. Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	277
11.2.3.3. Concurso entre reincidência e menoridade relativa.....	278
11.2.4. Terceira fase da aplicação da pena: causas de aumento e de diminuição da pena	278
11.2.4.1. Diferença entre causas de aumento e circunstâncias qualificadoras.....	278
11.3. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA.....	279
11.3.1. Crimes apenados com reclusão.....	279
11.3.2. Crimes apenados com detenção	280
11.3.3. Regime inicial nos crimes hediondos e equiparados	280
11.4. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	280
11.4.1. Natureza jurídica	280
11.4.2. Requisitos objetivos	281
11.4.2.1. Em relação aos crimes dolosos.....	281
11.4.2.2. Em relação aos crimes culposos.....	281
11.4.3. Requisitos subjetivos.....	282
11.4.4. Substituição da pena restritiva x tráfico ilícito de entorpecentes	283
11.5. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (<i>SURSIS</i>)	283
11.5.1. Conceito	283
11.5.2. Requisitos objetivos	283
11.5.3. Requisitos subjetivos.....	283

12

DA PRESCRIÇÃO	285
12.1. CONCEITO.....	285

12.2. ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO	285
12.3. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO	286
12.4. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	287
12.4.1. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ou propriamente dita.....	287
12.4.1.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	287
12.4.1.2. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	288
12.4.1.3. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	289
12.4.1.4. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato	291
12.4.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa	296
12.4.2.1. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa	297
12.4.2.2. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do Procedimento do Tribunal do Júri	297
12.4.2.3. Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes do Procedimento do Tribunal do Júri	300
12.4.3. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente.....	300
12.4.3.1. Pressupostos	301
12.4.3.2. Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva superveniente.....	301
12.4.3.3. Hipótese de incidência da prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	301
12.5. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	302
12.5.1. Termos iniciais	303
12.5.2. Causas interruptivas.....	304
12.5.3. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	305
12.5.4. Algumas hipóteses de incidência da prescrição da pretensão executória.....	305

CONTEÚDOS MUITO RELEVANTES

13

DO CONCURSO DE PESSOAS	309
13.1. CONCEITO.....	309
13.2. DA AUTORIA.....	309
13.3. DA PARTICIPAÇÃO	310
13.3.1. Formas de participação	310
13.3.2. Participação impunível	310
13.3.3. Participação posterior ao crime	310
13.4. REQUISITOS DO CONCURSO DE PESSOAS	311
13.5. PUNIBILIDADE DO CONCURSO DE PESSOAS	312
13.6. COMUNICABILIDADE DAS ELEMENTARES E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME	313
13.7. EFEITO EXTENSIVO	313

14

DO CONCURSO DE CRIMES	315
14.1. INTRODUÇÃO	315
14.2. CONCURSO MATERIAL	315
14.3. CONCURSO FORMAL	316
14.4. CONCURSO MATERIAL BENÉFICO	317
14.5. CRIME CONTINUADO.....	317

15

DO CONFLITO APARENTE DE NORMAS	319
---	-----

15.1. INTRODUÇÃO	319
15.2. CONFLITO APARENTE DE NORMAS X CONCURSO DE CRIMES	319
15.3. PRINCÍPIOS PARA DIRIMIR O CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	320
15.3.1. Princípio da especialidade.....	320
15.3.2. Princípio da subsidiariedade	320
15.3.2.1. Subsidiariedade expressa.....	320
15.3.2.2. Subsidiariedade tácita.....	321
15.3.3. Princípio da consunção ou da absorção	321
15.3.3.1. Introdução	321
15.3.3.2. Hipóteses de incidência do princípio da consunção.....	322
15.3.4. Princípio da alternatividade	323

CONTEÚDOS RELEVANTES

16

CRIMES OMISSIVOS 327

16.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	327
16.2. CRIMES OMISSIVOS PRÓPRIOS.....	327
16.3. CRIMES OMISSIVOS IMPRÓPRIOS OU COMISSIVOS POR OMISSÃO.....	327
16.3.1. Introdução.....	327
16.3.2. Pressupostos.....	328
16.3.3. Hipóteses do dever de agir para evitar o resultado	328

17

DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE OU NEXO CAUSAL 331

17.1. CONCEITO.....	331
17.2. ESPÉCIES	331
17.2.1. Causas absolutamente independentes	331
17.2.1.1. Consequências das causas absolutamente independentes	332
17.2.2. Causas relativamente independentes	333
17.2.2.1. Efeitos das causas relativamente independentes.....	335
17.2.2.2. Efeitos das causas supervenientes que se encontram dentro da linha do desdobramento da conduta.....	335

18

DESCRIMINANTES PUTATIVAS 337

18.1. INTRODUÇÃO	337
18.2. ESPÉCIES	337
18.3. CONSEQUÊNCIAS.....	338
18.4. SÍNTESE	339

19

ERRO PROVOCADO POR TERCEIRO 341

20

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 343

20.1. INTRODUÇÃO	343
------------------------	-----

20.2. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 107 DO CP	343
20.3. CAUSAS DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DO ART. 107 DO CP	343
20.3.1. Morte do agente.....	343
20.3.2. Da anistia, graça e indulto.....	344
20.3.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (<i>abolitio criminis</i>).....	345
20.3.4. Prescrição, decadência e perempção	345
20.3.4.1. Decadência	345
20.3.4.2. Perempção.....	345
20.3.5. Da renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada.....	346
20.3.5.1. Renúncia ao direito de queixa	346
20.3.5.2. Perdão do ofendido	347
20.3.6. Da retratação do agente	347
20.3.7. Perdão judicial.....	348
20.3.7.1. Conceito.....	348
20.3.7.2. Natureza jurídica.....	348
20.3.7.3. Extensão	348

PARTE V – PROCEDIMENTO DO JÚRI E PEÇAS PROCESSUAIS DO JÚRI

1

PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	351
--	-----

1.1. INTRODUÇÃO	351
-----------------------	-----

2

RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI	353
--	-----

2.1. IDENTIFICAÇÃO.....	353
2.2. BASE LEGAL.....	353
2.3. PRAZO	353
2.4. PEÇA OBRIGATÓRIA	353
2.5. CONTEÚDO/PLANO DE AÇÃO	353
2.6. PEDIDO	354
2.7. ESTRUTURA	354
2.8. PEÇA RESOLVIDA	354

3

MEMORIAIS	357
------------------------	-----

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	357
3.2. IDENTIFICAÇÃO	357
3.3. BASE LEGAL.....	358
3.4. PRAZO	358
3.5. DO DIREITO/TESES.....	358
3.6. DO PEDIDO	361
3.7. ESTRUTURAÇÃO	362
3.8. PEÇA RESOLVIDA	362

4

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	365
---	-----

4.1. INTRODUÇÃO	365
-----------------------	-----

4.2. IDENTIFICAÇÃO.....	365
4.3. BASE LEGAL.....	366
4.4. PRAZO	366
4.5. DO DIREITO/TESES.....	366
4.6. DO PEDIDO	370
4.7. ESTRUTURA DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	370
4.8. PEÇA RESOLVIDA	371

5

SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI 375

5.1. PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO JÚRI.....	375
5.2. DESAFORAMENTO: ART. 427, CPP.....	375
5.2.1. Conceito	375
5.2.2. Interesse da ordem pública	375
5.2.3. Dúvida sobre a imparcialidade do júri.....	375
5.2.4. Segurança pessoal do réu	375
5.2.5. Iniciativa do desaforamento	375
5.2.6. Suspensão do julgamento pelo relator.....	376
5.2.7. Inadmissibilidade do pedido de desaforamento.....	376
5.2.8. Excesso de serviço: art. 428, CPP	376
5.3. AUSÊNCIA DO DEFENSOR: ART. 456, CPP.....	376
5.4. AUSÊNCIA DO ACUSADO: ART. 457, CPP	376
5.5. IMPRESCINDIBILIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA: ART. 461, CPP	376
5.6. SUSPENSÃO DOS TRABALHOS PARA CONDUÇÃO COERCITIVA OU ADIAMENTO DA SESSÃO	376
5.7. INFRUTÍFERA CONDUÇÃO COERCITIVA.....	376
5.8. REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO, INDEPENDENTEMENTE DA INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA ARROLADA...	377
5.9. PREPARO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA: ART. 462, CPP.....	377
5.10. ABERTURA DOS TRABALHOS: ART. 463, CPP	377
5.11. AUSÊNCIA DE QUÓRUM: ART. 464, CPP	377
5.12. REUNIÃO PRÉVIA DO JUIZ COM OS JURADOS: ART. 466, CPP	377
5.12.1. Conceito	377
5.12.2. Incomunicabilidade dos jurados.....	377
5.12.3. Manifestação da opinião acerca do processo.....	377
5.12.4. Fiscalização da incomunicabilidade durante o julgamento.....	378
5.12.5. Certidão do oficial de justiça	378
5.13. FORMAÇÃO DO CONSELHO DE SEN-TENÇA: ART. 467, CPP.....	378
5.14. RECUSAS MOTIVADAS E IMOTIVADAS: ART. 468, CPP	378
5.15. SEPARAÇÃO DO JULGAMENTO: ART. 469, CPP.....	378
5.16. ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO, SUSPEIÇÃO OU INCOMPATIBILIDADE: ART. 470, CPP	379
5.17. ESTOURO DA URNA: ART. 471, CPP	379
5.18. INSTRUÇÃO EM PLENÁRIO: ART. 473, CPP.....	379
5.19. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO: ART. 474, CPP	379
5.20. DOS DEBATES: ART. 476, CPP.....	380
5.20.1. Correlação entre acusação e pronúncia.....	380
5.20.2. Manifestação inicial do querelante.....	380
5.21. LIMITE DE TEMPO PARA AS PARTES: ART. 477, CPP	380
5.22. REFERÊNCIAS PROIBIDAS: ART. 478, CPP.....	380
5.23. DO QUESTIONÁRIO E SUA VOTAÇÃO: ARTS. 482 E 483, CPP.....	380
5.24. SENTENÇA: ART. 492, CPP.....	381
5.25. EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA NO JÚRI: ART. 492, INCISO I, ALÍNEA “E”, 2ª PARTE, CPP	382

6

APELAÇÃO DAS DECISÕES DO PLENÁRIO DO JÚRI 383

6.1. IDENTIFICAÇÃO	383
6.2. BASE LEGAL	383
6.3. PRAZO	383
6.4. DO DIREITO/TESES	384
6.5. PEDIDO	385
6.6. ESTRUTURAÇÃO	385
6.7. PEÇA RESOLVIDA	386

PARTE VI – TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL

1

TEMAS DE EXECUÇÃO PENAL 391

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	391
1.1. Aplicação da Lei de Execução Criminal	391
1.2. Princípio da individualização da pena: Art. 5º, inciso XLVI, CF/88 – fase executória.....	392
2. DETRAÇÃO PENAL	392
2.1. Conceito	392
3. REGIMES PRISIONAIS E MODIFICAÇÃO DO REGIME DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA	392
3.1. Considerações gerais	392
4. UNIFICAÇÃO DE PENAS.....	393
4.1. Considerações gerais	393
5. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: ART. 52, LEP	394
5.1. Alterações significativas ocorreram em virtude da aplicação da Lei nº 13.964/19 (Pacote Anticri-me)	394
6. PROGRESSÃO DE REGIME	395
6.1. Introdução	395
6.2. Requisitos para Progressão de Regime.....	395
6.3. Falta grave e Progressão de Regime	397
6.4. Progressão de Regime especial para mulheres.....	398
6.5. Progressão para o regime aberto	398
6.6. Progressão de regime e crimes contra administração pública.....	398
6.7. Exame criminológico	398
7. REGRESSÃO DE REGIME	399
7.1. Considerações gerais	399
8. PRISÃO DOMICILIAR	400
8.1. Considerações gerais	400
9. REMIÇÃO DA PENA	400
9.1. Considerações gerais.....	400
10. PERMISSÃO DE SAÍDAS E SAÍDA TEMPORÁRIA	401
10.1. Considerações gerais	401
11. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA.....	401
11.1. Considerações gerais	401
12. LIVRAMENTO CONDICIONAL	402

12.1.	Introdução.....	402
12.2.	Requisitos	402
12.2.1.	Requisitos objetivos.....	402
12.2.2.	Requisitos subjetivos	403
12.3.	Hipóteses de revogação do Livramento Condicional	403
12.4.	Suspensão do Livramento Condicional	403
12.5.	Extinção do Livramento Condicional.....	404

2

AGRAVO EM EXECUÇÃO 405

2.1.	IDENTIFICAÇÃO.....	405
2.2.	BASE LEGAL.....	405
2.3.	PRAZO	405
2.4.	CONTEÚDO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	406
2.5.	EFEITOS	406
2.6.	PEDIDO	406
2.7.	ESTRUTURA.....	406
2.8.	PEÇA RESOLVIDA	407

PARTE VII – TEMAS DE PRISÃO PROCESSUAL

1

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA 413

1.1.	INTRODUÇÃO	413
1.2.	DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA.....	413

2

PRISÃO EM FLAGRANTE 415

2.1.	INTRODUÇÃO	415
2.2.	ESPÉCIES DE FLAGRANTE	415
2.3.	OUTRAS VARIAÇÕES DAS ESPÉCIES DE PRISÃO EM FLAGRANTE	416
2.4.	PROCEDIMENTO PARA A LAVRATURA DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	418
2.5.	GARANTIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DO PRESO	419
2.6.	PROVIDÊNCIAS JUDICIAIS AO RECEBER O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	419
2.6.1.	Relaxamento da prisão.....	421
2.6.1.1.	Identificação.....	421
2.6.1.2.	Base legal.....	421
2.6.1.3.	Conteúdo	421
2.6.1.4.	Estrutura da peça relaxamento de prisão.....	422
2.6.1.5.	Peça resolvida	422
2.6.2.	Liberdade provisória	424
2.6.2.1.	Introdução	424
2.6.2.2.	Identificação.....	424
2.6.2.3.	Base legal	424
2.6.2.4.	Conteúdo	424
2.6.2.5.	Liberdade provisória x tráfico ilícito de entorpecentes	425
2.6.2.6.	Liberdade provisória x proibição do art. 310, § 2º, CPP	426
2.6.2.7.	Estruturação	426
2.6.2.8.	Peça resolvida	426

3

PRISÃO PREVENTIVA	429
1. CONCEITO.....	429
2. LEGITIMAÇÃO.....	429
3. PRESSUPOSTOS.....	430
3.1. <i>Fumus comissi delicti</i>	430
3.2. <i>Periculum libertatis</i> : Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.....	430
4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA.....	432
5. FUNDAMENTAÇÃO.....	433
6. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	434
6.1. Identificação.....	434
6.2. Base legal.....	434
6.3. Conteúdo.....	434
6.4. Estrutura.....	434
6.5. Peça resolvida.....	434
7. RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA.....	437
7.1. Identificação.....	437
7.2. Base legal.....	437
7.3. Conteúdo.....	437
7.4. Estrutura de pedido de relaxamento da prisão preventiva.....	437

4

PRISÃO TEMPORÁRIA	439
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	439
2. HIPÓTESES PARA A DECRETAÇÃO.....	439
3. HIPÓTESES.....	439
4. DECRETAÇÃO POR AUTORIDADE JUDICIAL.....	440
5. PRAZO.....	440
6. PROCEDIMENTO.....	440
7. REVOGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	441
7.1. Identificação.....	441
7.2. Base legal.....	441
7.3. Conteúdo.....	441
7.4. Estrutura de pedido de revogação da prisão temporária.....	441
8. RELAXAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	442
8.1. Introdução.....	442
8.2. Base legal.....	442
8.3. Identificação.....	442
8.4. Conteúdo.....	442
8.5. Estrutura de pedido de relaxamento da prisão temporária.....	443

PARTE VIII – AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1

HABEAS CORPUS	447
1.1. CONCEITO.....	447
1.2. BASE LEGAL.....	447

1.3. ESPÉCIES	447
1.4. LEGITIMIDADE ATIVA	447
1.5. LEGITIMIDADE PASSIVA	447
1.6. ADMISSIBILIDADE	447
1.7. COMPETÊNCIA	448
1.8. JULGAMENTO E EFEITOS	449
1.9. ESTRUTURA DO <i>HABEAS CORPUS</i>	449
1.10. PEÇA RESOLVIDA	449

2

REVISÃO CRIMINAL	451
-------------------------------	-----

2.1. INTRODUÇÃO	451
2.2. IDENTIFICAÇÃO	451
2.3. BASE LEGAL	451
2.4. CABIMENTO/CONTEÚDO	451
2.5. REVISÃO E EXTINÇÃO DA PENA	452
2.6. LEGITIMIDADE	452
2.7. ÓRGÃO COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DA REVISÃO CRIMINAL	453
2.8. LIMINAR	453
2.9. PEDIDOS	453
2.10. ESTRUTURA DA REVISÃO CRIMINAL	453
2.11. PEÇA RESOLVIDA	454

3

MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL	457
--	-----

3.1. CONCEITO	457
3.2. IDENTIFICAÇÃO	457
3.3. BASE LEGAL	458
3.4. PRAZO	458
3.5. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA	458
3.6. COMPETÊNCIA	458
3.7. ESTRUTURA	458
3.8. PEÇA RESOLVIDA	459

PARTE IX – TREINAMENTO DE PEÇAS

TREINAMENTO DE PEÇAS	463
-----------------------------------	-----

1. QUEIXA-CRIME	463
2. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	471
3. MEMORIAIS	478
4. RECURSO DE APELAÇÃO	485
5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO	492
6. MEMORIAIS DO PROCEDIMENTO DO JÚRI	499
7. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA	506
8. AGRAVO EM EXECUÇÃO	513
9. REVISÃO CRIMINAL	520
10. RELAXAMENTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	527
11. APELAÇÃO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NO PROCEDIMENTO DO JÚRI	534
12. APELAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI	541
13. EMBARGOS INFRINGENTES	548
14. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	555

15. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	562
16. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	569
17. DEFESA PRELIMINAR – FUNCIONÁRIO PÚBLICO	576
18. DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS	583
19. CARTA TESTEMUNHÁVEL	590
20. RAZÕES DE APELAÇÃO.....	597
21. CONTRARRAZÕES DE AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	604
22. CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	611

PARTE X – TREINAMENTO DE QUESTÕES

TREINAMENTO DE QUESTÕES	621
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES.....	621
QUESTÕES SOBRE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	622
QUESTÕES SOBRE AÇÃO PENAL.....	626
QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTOS/JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	630
QUESTÕES SOBRE CITAÇÃO	632
QUESTÕES SOBRE COMPETÊNCIA.....	636
QUESTÕES SOBRE NULIDADES.....	642
QUESTÕES SOBRE PROVAS.....	646
QUESTÕES SOBRE <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	668
QUESTÕES SOBRE PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	672
QUESTÕES SOBRE NEXO DE CAUSALIDADE	676
QUESTÕES SOBRE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	680
QUESTÕES SOBRE ARREPENDIMENTO POSTERIOR	684
QUESTÕES SOBRE ERRO DE TIPO	690
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	702
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	704
QUESTÕES SOBRE CONCURSO DE PESSOAS.....	708
QUESTÕES SOBRE PRESCRIÇÃO	722
QUESTÕES SOBRE RECURSOS	732
QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTO DO JÚRI.....	748
QUESTÕES SOBRE PRISÃO	770
QUESTÕES SOBRE REVISÃO CRIMINAL	786
QUESTÕES SOBRE <i>HABEAS CORPUS</i>	790
QUESTÕES SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	792
QUESTÕES SOBRE CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	808
QUESTÕES SOBRE CRIMES DE TRÂNSITO	810
QUESTÕES SOBRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E COLABORAÇÃO PREMIADA.....	812

PARTE XI – PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS

PADRÃO DE RESPOSTAS DAS PEÇAS	825
--------------------------------------	-----

PARTE XIII – PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES

PADRÕES DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES	929
QUESTÕES SOBRE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	929
QUESTÕES SOBRE AÇÃO PENAL	932

QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTOS/JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	934
QUESTÕES SOBRE CITAÇÃO.....	935
QUESTÕES SOBRE COMPETÊNCIA.....	937
QUESTÕES SOBRE NULIDADES	940
QUESTÕES SOBRE PROVAS.....	942
QUESTÕES SOBRE <i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i>	953
QUESTÕES SOBRE <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	956
QUESTÕES SOBRE PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	958
QUESTÕES SOBRE NEXO DE CAUSALIDADE	960
QUESTÕES SOBRE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	962
QUESTÕES SOBRE ARREPENDIMENTO POSTERIOR	964
QUESTÕES SOBRE ERRO DE TIPO	968
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	975
QUESTÕES SOBRE CAUSAS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	976
QUESTÕES SOBRE CONCURSO DE PESSOAS	978
QUESTÕES SOBRE PRESCRIÇÃO	987
QUESTÕES SOBRE RECURSOS	993
QUESTÕES SOBRE PROCEDIMENTO DO JÚRI	1003
QUESTÕES SOBRE PRISÃO	1015
QUESTÕES SOBRE REVISÃO CRIMINAL	1025
QUESTÕES SOBRE <i>HABEAS CORPUS</i>	1028
QUESTÕES SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1029
QUESTÕES SOBRE CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1037
QUESTÕES SOBRE CRIMES DE TRÂNSITO	1038
QUESTÕES SOBRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E COLABORAÇÃO PREMIADA.....	1039
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1045